
Panorama das

ELEIÇÕES

nos EUA





Os eleitores americanos a caminho das urnas normalmente se deparam com muitas opções.

INTRODUÇÃO

Eleições livres e justas são a pedra fundamental de qualquer democracia. Elas são essenciais para a transferência pacífica do poder.

Ao escolher seus representantes, os eleitores elegem os líderes que moldarão o futuro da sua sociedade. É por isso que as eleições conferem poder aos cidadãos comuns: elas lhes permitem influenciar as futuras políticas do governo e, portanto, seu próprio futuro.

Os Estados Unidos são uma democracia representativa desde a ratificação da Constituição americana em 1788—embora a tradição eleitoral tenha começado no período colonial e tenha suas raízes na história britânica. Este livro discute a natureza do processo eleitoral americano moderno e seu funcionamento nas esferas federal, estadual e local. O processo, complicado e às vezes confuso, evoluiu para garantir o sufrágio universal a todos os homens e mulheres com mais de 18 anos de idade que são cidadãos americanos.



Os candidatos indicados à Presidência, Barack Obama (à esquerda), e à Vice-Presidência, Joe Biden, acenam para partidários democratas na Convenção Nacional do partido em 2008, em Denver, Colorado

ELEIÇÕES NOS ESTADOS UNIDOS

Nos Estados Unidos, as eleições ocorrem em todos os anos pares para o Congresso e para alguns cargos estaduais e locais. Outros estados e jurisdições locais realizam eleições em anos ímpares.

A cada quatro anos os americanos elegem um presidente e um vice-presidente. A cada dois anos, elegem todos os 435 membros da Câmara dos Deputados dos EUA e aproximadamente um terço dos 100 membros do Senado dos EUA. Os senadores cumprem mandatos de seis anos de modo escalonado.

O país adota um sistema federal de governo complexo, em que o governo nacional é central, mas os governos estaduais e locais exercem autoridade sobre assuntos não reservados ao governo federal. O grau de autonomia dos governos estaduais e locais sobre como organizar as eleições em suas jurisdições varia, mas eles mantêm eleições frequentes e bem administradas.

TIPOS DE ELEIÇÕES NOS EUA

Há dois tipos básicos de eleição: primárias e gerais. As eleições primárias são realizadas antes de uma eleição geral para definir os candidatos do partido para a eleição geral. Os candidatos vencedores da primária prosseguem para representar o partido na eleição geral (embora possa haver algumas outras etapas antes que o partido lhes dê permissão para fazer disso).

Desde o início do século 20, as primárias têm sido o principal expediente eleitoral para escolha dos candidatos dos partidos. Com raras exceções, a vitória em uma eleição primária resulta na indicação de um candidato por um

Democratas manifestam apoio a Hillary Clinton em *caucus* realizado em fevereiro de 2008 em South Portland, Maine



partido político para a eleição geral. Em alguns poucos estados, seja por tradição ou por opção dos partidos políticos, os candidatos são escolhidos em convenções estaduais ou locais, e não em primárias.

Uma vez encerradas as eleições primárias ou as convenções, realiza-se a eleição geral para determinar quem será eleito para assumir o poder. Na eleição geral, os eleitores fazem a escolha final a partir dos candidatos dos partidos listados na cédula eleitoral. A cédula da eleição geral também pode incluir candidatos independentes (não filiados a um grande partido político), que têm seu nome na cédula assegurado por apresentar uma petição com um número específico de assinaturas e não pelo método tradicional das primárias. Além disso, em alguns estados a cédula pode incluir um espaço para “inscrição” de nomes de candidatos que não foram indicados pelos partidos nem qualificados por petição. Tais candidatos podem ser descritos como “autoindicados”, e de vez em quando podem vencer a eleição para um cargo público.

Nos Estados Unidos, as eleições podem significar mais do que simplesmente escolher pessoas para um cargo público. Em alguns estados e localidades, perguntas sobre



O prefeito interino de São Francisco, Ed Lee, comemora sua eleição em novembro de 2011 para um mandato completo

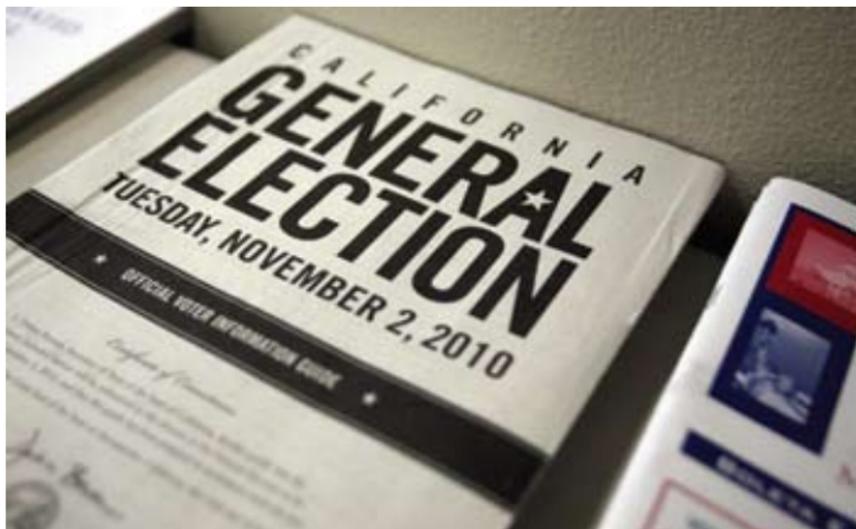
políticas públicas podem também ser incluídas na cédula para aprovação ou desaprovação dos eleitores. Medidas submetidas aos eleitores pelo Legislativo estadual ou pela Junta ou Câmara local—referendos—e outras incluídas na cédula por petição dos cidadãos—iniciativas—referem-se normalmente a questões relacionadas com títulos do governo (aprovação de empréstimos para projetos públicos) e outras imposições ou restrições ao governo. Nas últimas décadas, essas medidas submetidas a plebiscito eleitoral causaram impactos significativos, em particular nos orçamentos e nas políticas estaduais.

Além das eleições federais, estaduais e locais realizadas em anos pares, vários estados e jurisdições locais realizam eleições “extras” em anos ímpares. Muitas jurisdições realizam também eleições especiais, que podem ser programadas a qualquer momento para servir a um fim específico, como preencher uma vaga inesperada em cargo eletivo.

ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

A cada quatro anos, a eleição geral para presidente dos EUA ocorre na terça-feira seguinte à primeira segunda-feira

Guia com informações para o eleitor dá orientações para a eleição de novembro de 2010 em zona eleitoral da Califórnia



de novembro. Antes da eleição geral, os estados realizam eleições primárias ou *caucuses* (assembleias de eleitores) para escolher delegados para as convenções nacionais, nas quais é selecionado o indicado de cada partido. Essas primárias e caucuses estaduais normalmente ocorrem entre janeiro e junho, seguidas por convenções nacionais no período de julho a setembro antes da eleição.

Desde os anos 1970, os candidatos presidenciais que serão finalmente indicados pelos grandes partidos tornam-se

A candidata a vice-presidente Sarah Palin (à esquerda) e sua filha Piper com o candidato a presidente John McCain na Convenção Nacional Republicana de 2008 em St. Paul, Minnesota





O presidente Obama cumprimenta simpatizantes em Miami em junho de 2011 depois de lançar sua campanha à reeleição em 2012

conhecidos antes das convenções por acumular a maioria dos delegados antes do encerramento da temporada das primárias e caucuses. Em consequência disso, as convenções tornaram-se em grande parte eventos cerimoniais. Os destaques das convenções incluem o discurso de abertura de um líder ou líderes do partido, o anúncio do vice-presidente do candidato indicado, a declaração dos votos dos delegados pelas delegações estaduais e a ratificação da “plataforma” partidária (documento que declara a posição do partido sobre as questões). Como eventos políticos televisionados e

início da campanha para a eleição geral, as convenções são uma oportunidade para promover os indicados do partido e estabelecer as diferenças em relação à oposição.

A porcentagem de eleitores qualificados que comparecem para votar varia de eleição para eleição, mas o comparecimento de eleitores em geral—mesmo em eleições presidenciais—é menor nos Estados Unidos do que na maioria das demais democracias. Desde 1960, o comparecimento dos eleitores diminuiu de 64% (1960) para pouco mais de 50% (1996), embora tenha aumentado novamente nas três últimas eleições. Há vários motivos para o comparecimento relativamente baixo dos eleitores nos Estados Unidos. Diferentemente do que ocorre em algumas outras democracias, nos Estados Unidos o eleitor precisa se registrar para poder votar, processo que varia bastante de um estado para outro. Outra explicação é o fato de a votação ser voluntária, não compulsória, como ocorre em alguns países. Devido ao alto número de eleições necessárias para preencher cerca de mais de 1 milhão de cargos eletivos em todo o país, também é possível que o cansaço do eleitor contribua para diminuir o comparecimento.

As estatísticas indicam que o comparecimento pode cair quando o público está satisfeito com a situação política



O candidato ao Congresso Raul Labrador aguarda pelos resultados da eleição de novembro de 2011 no quartel-general republicano em Boise, Idaho

ou quando as pesquisas de opinião apontam para a vitória inevitável de um candidato. Em contrapartida, o comparecimento pode aumentar quando a disputa entre candidatos é considerada muito equilibrada ou quando questões polêmicas estão incluídas na cédula.

REQUISITOS DOS CANDIDATOS

Cada cargo eletivo federal tem requisitos diferentes, expostos nos Artigos I e II da Constituição dos EUA. Um candidato a presidente, por exemplo, precisa ter nascido nos Estados Unidos, ter no mínimo 35 anos de idade e residir no país há pelo menos 14 anos. Um vice-presidente deve obedecer às mesmas qualificações. De acordo com a 12ª Segunda Emenda da Constituição dos EUA, o vice-presidente não pode ser do mesmo estado do presidente.

Os candidatos para a Câmara dos Deputados dos EUA precisam ter no mínimo 25 anos, ser cidadãos americanos no mínimo há sete anos e residentes legais do estado que procuram representar no Congresso. Os candidatos ao Senado dos EUA devem ter no mínimo 30 anos, ser cidadãos americanos há pelo menos nove anos e residentes legais do estado que desejam representar. Os que buscam

cargo estadual ou local devem obedecer aos requisitos estabelecidos por essas jurisdições.

A 22ª Emenda da Constituição dos EUA, ratificada em 1951, proíbe que alguém seja eleito presidente dos Estados Unidos mais de duas vezes. No entanto, a Constituição não impõe nenhum limite de mandato a deputados e senadores no Congresso, embora diversos grupos políticos tenham feito lobby durante anos para estabelecer limites. Os limites de mandato, quando existem, aplicados a autoridades estaduais e locais, são expressos nas constituições estaduais e leis locais.

O deputado Aaron Schock, republicano de Illinois, aos 30 anos é atualmente o parlamentar mais novo do Congresso





O novo presidente da Câmara dos Deputados, John Boehner, republicano, recebe o martelo da ex-presidente Nancy Pelosi, democrata, em janeiro de 2011

O PAPEL DOS PARTIDOS POLÍTICOS

Quando os fundadores da República Americana redigiram e ratificaram a Constituição dos EUA, não previram um papel para os partidos políticos. Na verdade, deliberaram sobre várias disposições constitucionais—como a separação dos poderes entre Executivo, Legislativo e Judiciário; o federalismo; e a eleição indireta do presidente por um Colégio Eleitoral (veja abaixo)—para preservar a nova república de partidos e facções.

Não obstante as intenções dos fundadores, em 1800 os Estados Unidos tornaram-se a primeira nação a organizar partidos políticos embrionários em bases nacionais para realizar a transferência do poder executivo de uma facção para outra por meio de eleições. O desenvolvimento e a expansão dos partidos políticos que se verificou a seguir estiveram estreitamente relacionados com a ampliação do direito ao voto. Nos primórdios da república, somente os homens com posses podiam votar, mas essa restrição começou a ruir no início do século 19 em consequência da



Os candidatos democrata Barack Obama (à esquerda) e republicano John McCain trocam opiniões em debate presidencial na televisão em outubro de 2008

imigração, do crescimento das cidades e de outras forças democráticas, como a expansão do país para o oeste. Durante décadas, o direito ao voto foi se estendendo a grupos cada vez maiores da população adulta à medida que as restrições com base em propriedade, raça e sexo eram eliminadas. Com a ampliação do eleitorado, os partidos políticos se desenvolveram para mobilizar a crescente massa de eleitores como meio de controle político. Os partidos políticos foram institucionalizados para realizar essa tarefa essencial. Assim, os partidos surgiram nos Estados Unidos como parte da expansão democrática e, a partir dos anos



1830, tornaram-se solidamente estabelecidos e poderosos.

Atualmente, os partidos Republicano e Democrata—ambos herdeiros de seus antecessores dos séculos 18 e 19—dominam o processo político. Com raras exceções, os dois principais partidos controlam a Presidência, o Congresso, os governos e os legislativos estaduais. Por exemplo, desde 1852 todos os presidentes são ou democratas ou republicanos e, no período Pós-Segunda Guerra Mundial, a participação dos dois maiores partidos na votação popular para presidente foi em média de 95%. Raramente um dos 50 estados elege um governador que não seja ou democrata ou republicano. O número de políticos

independentes ou de um terceiro partido no Congresso ou nos legislativos estaduais é extremamente baixo.

Nas últimas décadas, um número cada vez maior de eleitores se denomina “independente” e tem permissão para se registrar e votar nessa condição em muitos estados. No entanto, segundo pesquisas de opinião pública, mesmo aqueles que se dizem independentes, em geral, demonstram preferência por um ou outro partido.

Exceção a essa regra geral pode-se constatar em âmbito local, especialmente em cidades pequenas, onde os candidatos não são obrigados a declarar nenhuma filiação partidária ou podem concorrer fazendo parte de uma chapa eleitoral de candidatos com ideias semelhantes sob a bandeira de uma iniciativa local específica—como a recuperação do centro da cidade ou a construção de uma escola.

Embora os dois maiores partidos organizem e dominem o governo nas esferas nacional, estadual e local, eles tendem a ser menos programáticos e coesos ideologicamente do que os partidos em outras democracias. A capacidade de os principais partidos se adaptarem ao desenvolvimento político nacional resultou no domínio pragmático do processo político.



Congressistas prestam o juramento de posse na Câmara dos Deputados na abertura do 112º Congresso dos Estados Unidos em 3 de janeiro de 2011

POR QUE UM SISTEMA BIPARTIDÁRIO?

Como se observou, republicanos e democratas dominam a política eleitoral desde a década de 1860. Esse histórico sem igual de apenas dois partidos controlarem continuamente a política eleitoral da nação reflete os aspectos estruturais do sistema político americano, assim como as características especiais dos partidos.

O formato padrão para eleger legisladores nacionais e estaduais nos Estados Unidos é o sistema distrital de “representante único”, pelo qual o candidato que recebe a pluralidade dos votos (ou seja, o maior número de votos em determinado

distrito eleitoral) vence a eleição. Embora alguns estados exijam maioria de votos para a eleição, quase todos os candidatos podem ser eleitos com uma simples pluralidade.

Diferentemente dos sistemas proporcionais, comuns em muitas democracias, o sistema distrital de representante único só permite que um único partido vença em determinado distrito. O sistema de representante único, portanto, incentiva a formação de partidos nacionais com ampla base de apoio e suficientes habilidades de gerenciamento, recursos financeiros e apelo popular para obter pluralidade nos distritos legislativos em todo o país. Nesse sistema, candidatos de partidos menores ou terceiros partidos ficam em desvantagem. Partidos com poucos recursos financeiros e apoio popular tendem a não conseguir nenhuma representação. Assim, é difícil para novos partidos obter um nível de representação proporcional viável e conquistar expressão nacional, por causa da estrutura “o vencedor leva tudo” do sistema eleitoral americano.

Por que dois em vez de, digamos, três partidos nacionais bem financiados? Em parte por considerar-se que dois partidos oferecem ao eleitor gama suficiente de escolha, em parte porque historicamente os americanos não gostam de extremos políticos e em parte porque os dois partidos são abertos a novas ideias (veja abaixo).

COLÉGIO ELEITORAL

O método do Colégio Eleitoral para escolha dos presidentes reforça o sistema bipartidário. No sistema de Colégio Eleitoral, os americanos tecnicamente não votam diretamente para presidente e vice-presidente. Em vez disso, eles votam em cada estado em um grupo de “eleitores” comprometidos com um ou outro candidato presidencial. O número desses eleitores corresponde ao número da delegação parlamentar de um estado, ou seja, o número de deputados e senadores de um estado. A eleição para presidente exige maioria absoluta dos 538 votos no Colégio Eleitoral. (Esse número inclui três votos no Colégio Eleitoral da capital nacional, Washington, o Distrito de Colúmbia, que não é estado e não tem representação de voto no Congresso.)

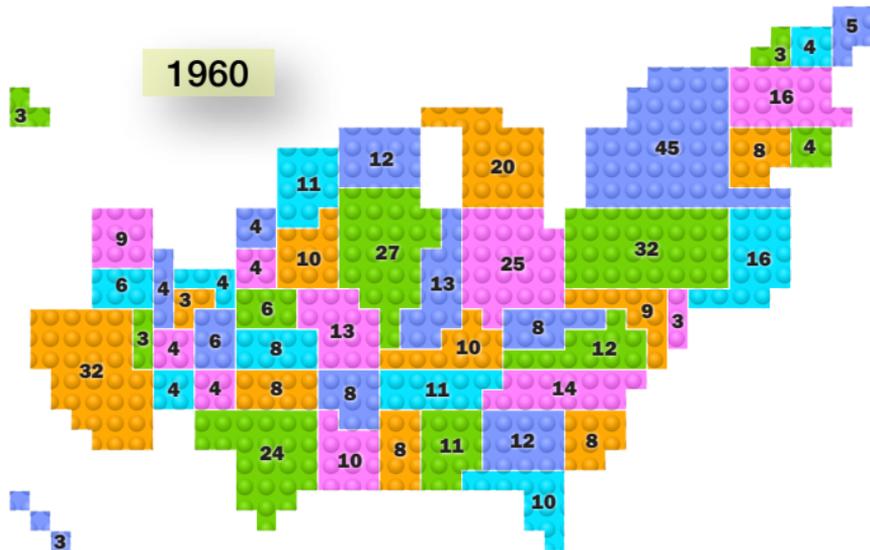
A exigência de maioria absoluta torna extremamente difícil a um candidato de terceiro partido chegar à Presidência, porque os votos de um estado no Colégio Eleitoral são alocados segundo o sistema de o vencedor leva tudo (com duas exceções). Assim, seja qual for o candidato que receba a pluralidade do voto popular em um estado—ainda que com margem apertada—ganha todos os votos do estado no Colégio Eleitoral. No Maine e em Nebraska, o vencedor do voto popular no estado ganha dois votos no Colégio

Colégio Eleitoral, mudanças no peso eleitoral

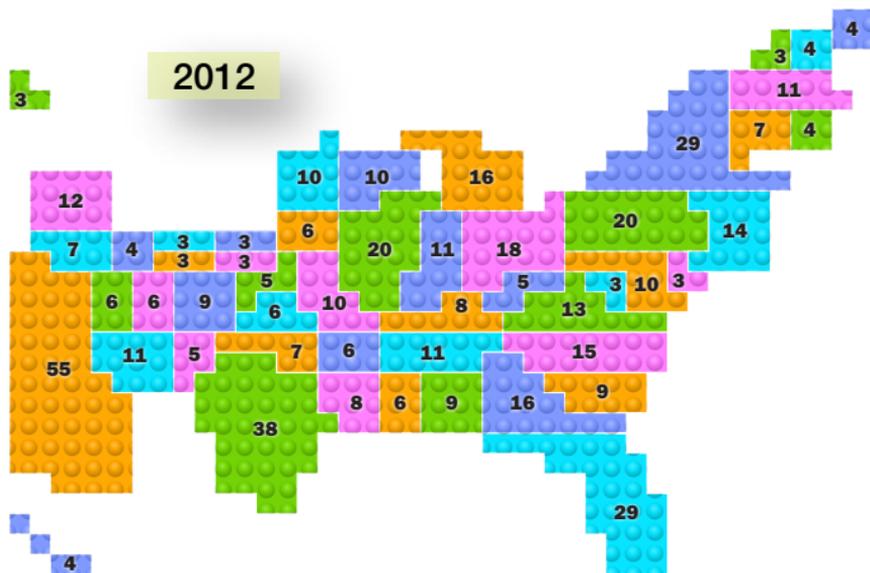
Depois da realização do censo a cada dez anos, os votos do Colégio Eleitoral para presidente e vice-presidente são redistribuídos entre os estados com base na população. Como mostram os mapas populacionais, de 1960 a 2012 os votos do Colégio Eleitoral mudaram dos estados com baixo crescimento do Nordeste, Meio Oeste e Sul Profundo para os estados com crescimento mais rápido do Oeste, Sudeste e Sul ao longo da Costa Atlântica. E Washington, DC, a capital nacional, ganhou três votos no Colégio Eleitoral a partir da eleição de 1964. Em 2012, são necessários 270 dos 538 votos no Colégio Eleitoral para obter a vitória.



1960



2012





Os 13 eleitores do Colégio Eleitoral da Virgínia dão seu voto ao democrata Barack Obama em dezembro de 2008 na capital do estado, Richmond, um mês depois da eleição geral popular

Eleitoral e o vencedor em cada distrito congressional obtém um voto. Assim como o sistema distrital de representante único, o funcionamento do Colégio Eleitoral também é desfavorável a terceiros partidos, os quais têm poucas chances de obter os votos do Colégio Eleitoral em qualquer estado, sem falar na vitória em número suficiente de estados para eleger um presidente.

Os fundadores da nação conceberam o sistema de Colégio Eleitoral como parte de seu plano de divisão do poder entre os estados e o governo nacional. No sistema de Colégio Eleitoral, o voto popular para presidente em todo o país não

é determinante. Assim, é possível que os votos no Colégio Eleitoral obtidos com base nas eleições estaduais produzam um resultado diferente do da votação popular em âmbito nacional. Na verdade, já houve 17 eleições presidenciais nas quais o vencedor não recebeu a maioria dos votos populares apurados. A primeira delas foi a eleição de John Quincy Adams em 1824, e a mais recente a de George W. Bush em 2000. Algumas pessoas consideram o sistema de Colégio Eleitoral uma relíquia antiquada, enquanto outros observadores o defendem porque ele exige que os candidatos lutem pela eleição em muitos estados e não apenas nos mais populosos.

OUTRAS BARREIRAS AOS TERCEIROS PARTIDOS

Em virtude da tendência do sistema de criar dois partidos nacionais ao longo do tempo, e com os democratas e os republicanos atualmente no controle da máquina governamental, não surpreende que eles tenham criado outras regras eleitorais que funcionam a seu favor. Por exemplo, qualificar um novo partido para figurar na cédula eleitoral em um estado pode ser uma tarefa árdua e dispendiosa, quase sempre exigindo petições com dezenas de milhares de assinaturas e capacidade para atrair um “patamar” suficiente de votos nas eleições subsequentes a fim de continuar na cédula.



Scott Wise (ao centro), candidato do Partido Libertário à Câmara dos Deputados de Indiana, debate com o republicano Marlin Stutzman (à esquerda) e o democrata Tom Hayhurst em outubro de 2010

A singularidade do processo de indicação dos Estados Unidos é uma barreira estrutural adicional aos terceiros partidos. Entre as democracias do mundo, os Estados Unidos são únicos no grau em que dependem das eleições primárias para indicar os candidatos dos partidos à Presidência, ao Congresso e aos cargos eletivos estaduais. Como observamos, nesse sistema de indicação, em uma eleição primária os eleitores da base

partidária escolhem o candidato a ser indicado pelo partido para a eleição geral. Na maioria das nações, as indicações partidárias são controladas pelas organizações partidárias e por seus líderes. Mas, nos Estados Unidos, é comum hoje que os eleitores tenham a palavra final sobre quem serão os indicados republicanos e democratas.

Embora esse sistema resulte em organizações partidárias internas mais fracas do que se observa na maioria das democracias, esse processo participativo de indicação tem contribuído para o domínio republicano e democrata da política eleitoral. Ao obter a indicação do partido por meio das eleições primárias, candidatos insurgentes ou reformistas podem trabalhar dentro dos partidos para ter acesso às eleições gerais e, desse modo, aumentar suas chances de conquistar vitórias nas eleições gerais sem precisar organizar terceiros partidos. Assim, o processo de indicação nas primárias tende a canalizar os dissidentes para os dois maiores partidos e, de modo geral, torna-se desnecessário empreender a difícil tarefa de formar um terceiro partido. Além disso, os partidos e seus candidatos tendem a adaptar as estratégias eleitorais com vistas a cooptar a mensagem de candidatos independentes ou de um terceiro partido com grande apelo.

AMPLA BASE DE APOIO

Os partidos Republicano e Democrata buscam ampla base de apoio e costumam atrair eleitores de todas as classes econômicas e grupos demográficos. Com exceção dos eleitores afro-americanos e judeus—a grande maioria dos quais em geral vota no candidato à Presidência do Partido Democrata—os dois partidos obtêm níveis de apoio significativos de praticamente todos os principais grupos socioeconômicos da sociedade. Os partidos também apresentam flexibilidade no que diz respeito a posições políticas e, normalmente, não mostram adesão rígida a uma ideologia ou a um conjunto de metas de políticas. Ao contrário, eles tradicionalmente têm se preocupado acima de tudo em vencer as eleições e controlar os poderes eletivos do governo.

Tendo em vista suas amplas bases socioeconômicas de apoio eleitoral e a necessidade de atuar em uma sociedade que em termos ideológicos situa-se predominantemente no centro, os partidos americanos adotaram posições políticas essencialmente centristas. Como ressaltado, eles também apresentam um alto grau de flexibilidade política. Essa abordagem não doutrinária possibilita a republicanos e democratas tolerar uma grande diversidade em seus quadros e tem contribuído para sua capacidade de absorver terceiros

partidos e movimentos de protestos quando surgem. Em geral, os republicanos são considerados conservadores, com ênfase maior nos direitos de propriedade e na acumulação privada de riqueza, e os democratas são tidos como mais à esquerda, favorecendo políticas sociais e econômicas liberais. Na prática, quando chegam ao poder, os dois partidos tendem a ser pragmáticos.

Sarah Rogers coloca o bóton “Babies for Obama” em sua filha, Soren Hillman, em uma parada da campanha pró-Obama em janeiro de 2008 em Coralville, Iowa



ESTRUTURAS PARTIDÁRIAS DESCENTRALIZADAS

Além de ideologicamente flexíveis, os dois principais partidos americanos caracterizam-se pela estrutura descentralizada. Uma vez no cargo, um presidente não pode supor que os membros de seu partido no Congresso sejam leais defensores de suas iniciativas preferidas, tampouco os líderes partidários no Congresso esperam que os membros de seu partido votem todos de acordo com a linha partidária. As bancadas democrata e republicana no Congresso (compostas por legisladores titulares) são autônomas e podem seguir políticas de oposição ao presidente, ainda que o presidente seja do mesmo partido. A arrecadação de fundos de campanha pelos partidos é igualmente separada, já que os comitês de campanha para deputados e senadores dos dois partidos operam de forma independente dos comitês partidários nacionais, que são mais voltados para as eleições presidenciais. Além disso, exceto para fins de afirmação de autoridade sobre procedimentos que visam selecionar delegados para as convenções nacionais de indicação de candidato, as organizações partidárias nacionais raramente interferem nos assuntos partidários dos estados.

Essa fragmentação organizacional é consequência do sistema constitucional de separação de poderes—a divisão de



Candidatos republicanos à Presidência aparecem juntos antes de debate de setembro de 2011 na Califórnia. A partir da esquerda, o ex-presidente da Câmara Newt Gingrich, a deputada Michele Bachmann (Minnesota), o ex-governador de Massachusetts Mitt Romney, o governador do Texas, Rick Perry, e o deputado Ron Paul (Texas)

poderes entre Legislativo, Executivo e Judiciário, tanto no âmbito federal quanto no estadual. O sistema de divisão de poderes pode criar apenas incentivos limitados para a unidade partidária entre os legisladores e o chefe do Executivo do mesmo partido. Isso vale tanto no caso dos membros do Congresso com relação a um presidente do mesmo partido quanto no relacionamento semelhante entre legisladores estaduais e governador.

O sistema estratificado de governos federal, estaduais e locais nos Estados Unidos estimula ainda mais a descentralização dos



Eleitores de Atlanta votam eletronicamente em escola na eleição geral de novembro de 2010

partidos ao criar milhares de bases eleitorais para detentores de cargos públicos nos âmbitos federal, estadual e local. Como observado anteriormente, o sistema de eleições primárias para indicar candidatos também enfraquece as organizações partidárias ao negar-lhes competência para controlar a escolha dos indicados do partido. Os candidatos, portanto, são incentivados a montar suas próprias organizações de campanha e de correligionários, primeiro para vencer as primárias e depois as eleições gerais.

CAUTELA PÚBLICA

Apesar da longa e expressiva evidência de partidarismo organizado no sistema político americano, um componente arraigado na cultura cívica do país é a crescente desconfiança nos partidos políticos. A adoção e o crescimento do sistema de primárias para indicação de candidatos ao Congresso e aos cargos eletivos estaduais demonstram um sentimento populista, ou até mesmo antipartidário, do público. Os americanos modernos são céticos com relação aos líderes das organizações partidárias exercerem grande poder sobre o governo. Pesquisas de opinião pública revelam constantemente que grandes parcelas da população acreditam que os partidos às vezes mais confundem do que esclarecem as questões—e que seria melhor se não houvesse legendas partidárias nas cédulas eleitorais.

Os partidos, portanto, precisam enfrentar o fato de um número substancial de eleitores dispensar pouca importância à identificação partidária. Um indicador disso é a incidência da chapa dividida. Por exemplo, um eleitor pode votar no candidato indicado por seu partido para presidente e no candidato indicado por outro partido em seu distrito para o Congresso. Assim, numa época de governo dividido, os presidentes frequentemente se encontram diante da

necessidade de governar sem maioria em uma ou nas duas casas do Congresso.

O controle do Executivo e do Legislativo dividido entre os partidos tornou-se característica comum tanto do governo federal quanto do governo dos 50 estados. Alguns observadores acreditam que os eleitores até preferem esse formato, pois isso tende a conter grandes iniciativas governamentais que possam ser inconvenientes para os eleitores.

TERCEIROS PARTIDOS E CANDIDATOS INDEPENDENTES

Terceiros partidos e candidatos independentes, apesar dos obstáculos discutidos anteriormente, têm sido uma característica recorrente da política americana. Eles em geral levantam problemas sociais que os principais partidos deixaram de enfrentar no primeiro plano do discurso público—e de incluir na agenda de governo. A maioria dos terceiros partidos tende a florescer em uma única eleição e depois desaparece, define ou é absorvida por um dos partidos principais. Desde os anos 1850, apenas um partido novo, o Partido Republicano, conseguiu alcançar o status de grande partido. Naquele momento, havia uma questão moral premente—a escravidão—dividindo a nação. Essa



H. Ross Perot concorreu como candidato independente a presidente em 1992 e 1996.

questão forneceu a base para o recrutamento de candidatos e para a mobilização de eleitores.

Há comprovações de que os terceiros partidos podem ter grande impacto nos resultados eleitorais. Por exemplo, a candidatura de Theodore Roosevelt por um terceiro partido em 1912 dividiu o voto republicano e permitiu a eleição do democrata Woodrow Wilson sem a maioria do voto popular. Em 1992, a candidatura independente de H. Ross Perot atraiu eleitores que, na maioria, votavam no Partido

Republicano nos anos 1980 e, com isso, contribuiu para a derrota do presidente republicano, George H.W. Bush. Na disputa extremamente acirrada de 2000 entre o republicano George W. Bush e o democrata Al Gore, é possível que se o candidato do Partido Verde, Ralph Nader, não estivesse concorrendo na Flórida, Gore vencesse as eleições nesse estado e, conseqüentemente, chegasse à Presidência.

As pesquisas de opinião pública desde a década de 1990 têm mostrado de forma sistemática um alto grau de apoio popular à ideia de um terceiro partido. No período que antecedeu as eleições de 2000, uma pesquisa do Instituto

Eleitor vota em cédula de papel em eleição primária de abril de 2008 na Pensilvânia





Eleitores fazem fila antes do amanhecer no dia da eleição, em 2 de novembro de 2010, em Apache Junction, Arizona

Gallup constatou que 67% dos americanos eram favoráveis a um terceiro partido forte que apresentasse candidatos à Presidência, ao Congresso e aos cargos eletivos estaduais em contraposição aos republicanos e democratas indicados. São sentimentos como esses, aliados aos excessivos gastos de campanha, que permitiram ao bilionário texano Ross Perot obter 19% do voto popular para presidente em 1992, o mais alto percentual obtido por um candidato de terceiro partido desde que Theodore Roosevelt (Partido Progressista) obteve 27% dos votos em 1912.



O senador John McCain (Arizona) aceita a indicação republicana a presidente na convenção nacional do partido em St. Paul, Minnesota, em setembro de 2008

INDICAÇÕES DE CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA

As regras dos partidos para indicação de candidatos à Presidência não estão previstas na Constituição dos EUA. Como observado, não havia partidos políticos na época em que a Constituição foi redigida e ratificada no final do século 18, e os fundadores da República não tinham interesse em proscreever procedimentos para essas entidades.

A partir de 1796, membros do Congresso dos EUA que se identificavam com um dos partidos políticos da época começaram a se reunir informalmente para escolher os candidatos do partido à Presidência e à Vice-Presidência. Conhecido como “King Caucus”, esse sistema de escolha de candidatos dos partidos continuou por quase 30 anos. Cessou em 1824, vítima da descentralização do poder na política, que acompanhou a expansão dos Estados Unidos para o oeste.

Por fim, as convenções nacionais para indicação de candidatos substituíram o King Caucus como forma de escolher os indicados dos partidos. Em 1831, o partido

nanico Antimaçônico reuniu-se em uma taverna em Baltimore para escolher seus candidatos e redigir uma plataforma de atuação. No ano seguinte, os democratas reuniram-se na mesma taverna para escolher seus indicados. Desde então, os grandes partidos e a maioria dos partidos menores realizam convenções nacionais com a participação de delegados estaduais para escolher seus candidatos à Presidência e à Vice-Presidência e firmar suas posições políticas.

O ADVENTO DA TELEVISÃO

Durante todo o século 19 e parte do século 20, as convenções para indicação de candidatos presidenciais, embora contassem com a presença de muitos correligionários, eram controladas pelos líderes partidários estaduais. Esses “chefes” políticos usaram sua influência para escolher a dedo seus delegados às convenções estaduais—e garantir que eles votassem “corretamente” na convenção nacional do partido. Adversários dos líderes do partido exigiram reformas para permitir que os eleitores comuns escolhessem seus delegados à convenção. As eleições primárias foram criadas justamente para isso. Em 1916, mais da metade dos estados realizava eleições primárias presidenciais.

O movimento, no entanto, não durou muito. Logo após o fim



O senador Barack Obama aceita a indicação democrata a presidente na convenção nacional do partido em Denver, Colorado, em agosto de 2008.

da Primeira Guerra Mundial, os dirigentes partidários, que viam as primárias como uma ameaça ao seu poder, persuadiram os legislativos estaduais a aboli-las, com a justificativa de que eram eleições caras e que relativamente poucas pessoas participavam delas. Em 1936, apenas uma dezena de estados continuava a realizar eleições primárias presidenciais.

Mas as pressões democratizantes ressurgiram após a Segunda Guerra Mundial. Pela primeira vez, a televisão proporcionou um meio pelo qual as pessoas podiam agora ver, além de ouvir, as campanhas políticas em casa.

Candidatos plausíveis à Presidência podiam usar a exposição na televisão para demonstrar seu apelo popular. As décadas que se seguiram trouxeram de volta reformas democratizantes para ampliar a participação nas convenções partidárias de indicação de candidatos.

Como consequência, a maioria dos estados agora realiza eleições primárias. Dependendo das leis de cada estado, os eleitores das primárias podem votar em um candidato presidencial do partido e em uma chapa de delegados “comprometidos”, podem votar no candidato presidencial com delegados a serem escolhidos depois, de forma a refletir

A presidente da zona eleitoral Judy Wittkop explica as regras durante *caucus* de janeiro de 2008 em Le Mars, Iowa.

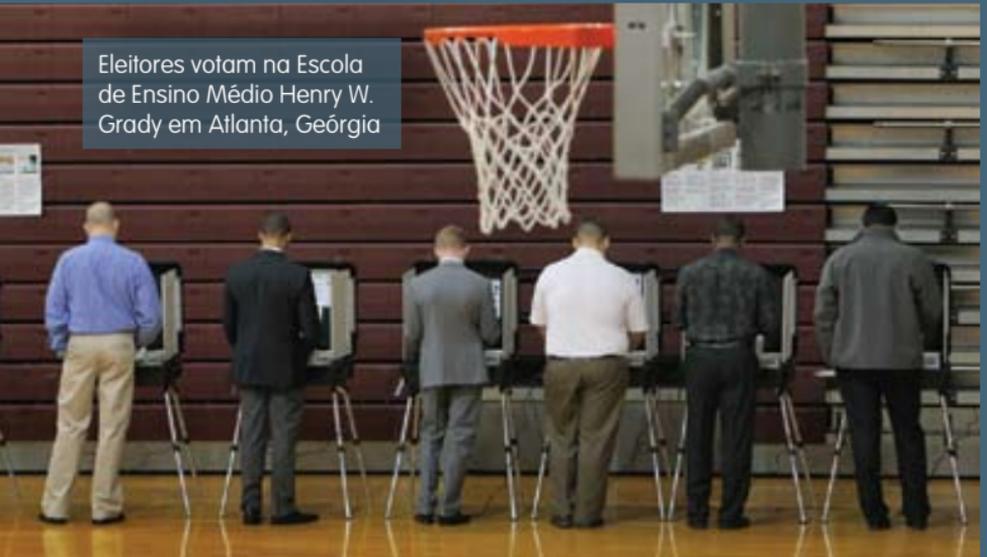


Os Estados Unidos
votam, 2 de
novembro de 2010



Miguel Fuentes ajuda sua
esposa, Cristina, a votar em
East Los Angeles, Califórnia

Eleitores votam na Escola
de Ensino Médio Henry W.
Grady em Atlanta, Geórgia





Eleitora marca seu voto em Dearborn, Michigan



Robbie Walker olha seus gêmeos de 3 anos, Bryce e Brayden Hughes, ao votar na Escola de Ensino Fundamental Providence em Chesterfield, Virgínia



Vestida com trajes patrióticos, Vicki Vargus vota em Sacramento, Califórnia



Eleitores estudam cédula em local de votação em Kiryas Joel, Nova York



Greg McFarland deixa local de votação em Tempe, Arizona, depois de votar



Yun Wang vota no fórum de Central City, Colorado

o voto, ou podem votar indiretamente em um candidato em um caucus (assembleia de eleitores), escolhendo delegados à convenção “comprometidos” com um ou outro indicado. Pelo sistema de *caucus*, os membros do partido que moram em uma área geográfica relativamente pequena—uma zona eleitoral local—reúnem-se e votam em delegados comprometidos a apoiar candidatos específicos para presidente. Esses delegados, por sua vez, representam sua zona eleitoral em uma convenção do condado, que escolhe delegados para participar das convenções estaduais e para os distritos congressionais. Os delegados a essas convenções, no final, elegem os delegados que representarão o estado na convenção nacional. Embora esse processo se estenda por vários meses, os candidatos preferidos são determinados basicamente na primeira rodada de votação.

O tamanho real de qualquer delegação estadual à convenção nacional de indicação de candidato é calculado com base em uma fórmula estabelecida pelos partidos, que inclui considerações como população do estado, apoio anterior aos candidatos nacionais do partido e número de autoridades eleitas e líderes partidários exercendo cargos públicos daquele estado naquele momento. A fórmula utilizada pelos democratas resulta em convenções nacionais com o dobro dos delegados das convenções dos republicanos.

Como resultado desses movimentos reformistas desde a Segunda Guerra Mundial, duas tendências importantes se destacam. Primeiro, mais estados adiantaram suas primárias e caucuses presidenciais no calendário visando ao estágio inicial decisivo da temporada de indicações, tendência essa conhecida como “antecipação”. Um estado com primárias ou caucus antecipados permite que seus eleitores exerçam mais

Rick Erwin anota os votos da primária na pequena Dixville Notch, New Hampshire, em janeiro de 2008.



influência sobre a escolha final dos indicados. Além disso, a antecipação pode estimular os candidatos a abordar as necessidades e os interesses do estado desde logo, bem como forçá-los a se organizarem no estado, gastando dinheiro com equipe, mídia e hotéis para tentar obter mais cedo uma vitória psicológica decisiva no processo de indicação do partido.

Além disso, em algumas partes do país os estados cooperam uns com os outros para organizar “primárias regionais”, realizando suas primárias e *caucuses* na mesma data, de modo a maximizar a influência de uma região.

Ambas as tendências forçam os candidatos a iniciar suas campanhas mais cedo para criar uma base de apoio no número crescente de estados que realizam as primeiras disputas. Os candidatos também dependem cada vez mais da mídia de massa—rádio, televisão e internet—bem como do apoio de líderes partidários estaduais para ajudá-los a atingir os eleitores nos diversos estados que podem realizar suas primárias no mesmo dia.

DECLÍNIO DA CONVENÇÃO POLÍTICA

Uma consequência das mudanças no processo de indicação de candidatos à Presidência foi a perda de importância

da convenção partidária nacional, em clima de tensão e televisionada, para escolha de candidatos. Atualmente, a indicação do candidato à Presidência é de fato determinada pelos eleitores relativamente cedo no processo de eleições primárias. O indicado, por sua vez, pode até indicar sua escolha para candidato à Vice-Presidência antes da reunião da convenção. (Os candidatos à Vice-Presidência não concorrem ao cargo nas primárias de forma independente, mas são escolhidos pelo candidato presidencial vencedor no partido.)

Delegados chegam à Convenção Nacional Republicana de 1868 em Chicago.





O candidato democrata indicado à Presidência Obama encerra seu discurso de aceitação na convenção do partido em 2008.

Dessa forma, o processo de indicação à Presidência continua a evoluir. Nas últimas décadas, essa evolução aumentou a participação, melhorou a representação demográfica e fortaleceu os laços entre o membro comum do partido e os candidatos. Da forma como está constituído atualmente, o processo privilegia os candidatos mais conhecidos, que podem arrecadar mais dinheiro, que têm as organizações de

campanha mais eficazes e que despertam mais entusiasmo entre os eleitores logo no início da temporada de eleições primárias presidenciais.

A CONEXÃO À INTERNET

Os candidatos e seus simpatizantes foram rápidos na adoção da internet como ferramenta de campanha. Ela demonstrou ser uma forma eficaz e eficiente de angariar recursos de simpatizantes em potencial e de promover as políticas e a experiência do candidato.

E-mails e blogs tiveram destaque na eleição presidencial de 2008. Mídias sociais, como Facebook e Twitter, estão tendo um papel maior na eleição de 2012. As organizações de campanha trabalham para aproveitar a força crescente das redes sociais e dos dispositivos móveis como celulares inteligentes e *tablets*.

Video sharing on sites such as YouTube has provided opportunities and pitfalls for political campaigning. Candidates have taken advantage of the technology to produce videos about themselves, occasionally humorous. At other times, candidates have been recorded in an unguarded moment saying or doing something that they would not say or do before a general audience—and

having their faux pas shown countless times on the Internet and on television.

The image is a screenshot of the Mitt Romney campaign website. At the top, there is a navigation bar with links for 'Login | Register', 'STAY', and 'DONATE'. Below this, there are menu items for 'BIO', 'ISSUES', 'NEWS', 'VIDEOS', 'GET INVOLVED', and 'SHOP'. A central banner features a photograph of a rural landscape with the text 'Sioux City Journal: MITT ROMNEY STANDS OUT' and a 'READ THE ENDORSEMENT' button. Below the banner is a 'SPOTLIGHT' section with four featured items: 'CALL FROM HOME AMERICA'S IDEA ON THE LINE', 'GET MOBILE UPDATES', and 'NEW 2012 BIRTHDAY'. The 'VIDEO' section includes a video player for 'A NEW CAPTAIN' with a 'CONTINUE' button. The 'BLOG' section features an article titled 'WASHINGTON EXAMINER: ROMNEY IS GOP'S BEST CHOICE' with a 'CONTINUE' button. The 'NEWS ARTICLES' section also highlights the 'WASHINGTON EXAMINER' article.

Os candidatos tentam atrair os eleitores na internet e nas mídias sociais.



Terri Sewell (à direita) comemora sua eleição em novembro de 2010 a uma cadeira na Câmara dos Deputados dos EUA pelo Alabama.

ELEIÇÕES PARA O CONGRESSO

As eleições para o Congresso dos EUA podem ser tão importantes e competitivas quanto as eleições para presidente. Isso se deve ao papel central que o Congresso desempenha na elaboração das leis.

Ao contrário do sistema parlamentarista, onde o chefe do Executivo vem do Parlamento, o sistema americano, conforme observado, separa o Legislativo da Presidência. Presidentes e legisladores são eleitos separadamente. Embora um presidente em exercício possa propor leis ao Congresso, elas devem ser elaboradas no Congresso por seus aliados e devem ser aprovadas pelo Congresso antes de voltar para a sanção do presidente. A Câmara dos Deputados e o Senado, tanto do ponto de vista jurídico quanto político, não estão sujeitos à vontade do presidente.

No âmbito do Congresso, a disciplina partidária não é tão rigorosamente observada no sistema americano quanto nos sistemas parlamentaristas. É muito fácil para os membros do Congresso votar nas políticas que consideram melhores,

inclusive nas que julgam ser melhores para sua reeleição. Assim, os líderes do Congresso precisam construir, membro a membro, uma coalizão vencedora, em vez de contar com o apoio automático de partidos altamente disciplinados. Isso dificulta as vitórias legislativas no Congresso.

As eleições para o Congresso são importantes para a nação, uma vez que a instituição e cada um de seus membros são poderosos e de difícil previsão.

O Capitólio dos EUA abriga duas casas do Congresso, a Câmara dos Deputados e o Senado



DIFERENÇAS ENTRE A CÂMARA DOS DEPUTADOS E O SENADO

A Câmara dos Deputados e o Senado têm quase os mesmos poderes, mas a forma de eleição para cada um é bem diferente. Os fundadores da República Americana pretendiam que os membros da Câmara dos Deputados estivessem próximos do público, refletindo os desejos e as ambições do povo. Por isso, projetaram uma Câmara dos Deputados relativamente grande para acomodar muitos membros de pequenos distritos legislativos e para ter eleições frequentes (a cada dois anos). Originalmente, o mandato de dois anos era considerado por alguns muito longo. Na época do transporte a cavalo, um mandato de dois anos em Washington poderia manter um congressista longe de seus eleitores por dois anos. Atualmente, a preocupação é que eleições a cada dois anos forcem os deputados a voar de volta aos seus distritos quase todos os fins de semana para reforçar o apoio político.

Cada cadeira na Câmara representa uma base eleitoral geográfica e, como mencionado antes, cada membro é eleito como representante único daquele distrito pela regra da pluralidade. A cada um dos 50 estados é garantida no mínimo uma cadeira na Câmara, e as demais são distribuídas aos estados de acordo com o tamanho da população. O

Alasca, por exemplo, tem uma população muito pequena e por isso possui apenas uma cadeira na Câmara. A Califórnia é o estado mais populoso e detém 53 cadeiras. Após cada censo decenal, o número de cadeiras designadas a um estado é recalculado para considerar as mudanças demográficas nos últimos dez anos, e os legislativos estaduais redesenham as fronteiras dos distritos congressionais em seus estados para refletir as mudanças no número de cadeiras a eles destinadas ou o deslocamento da população no estado.

O Senado foi concebido para que seus membros representassem bases eleitorais maiores—o estado todo—e para propiciar representação igual a todos os estados, independentemente de sua população. Assim, estados pequenos possuem tanta influência (dois senadores) no Senado quanto os estados maiores.

Os senadores eram a princípio escolhidos pelos legislativos estaduais. Somente depois da promulgação da 17ª Emenda à Constituição em 1913 os senadores começaram a ser escolhidos diretamente pelos eleitores de seu estado. Cada estado tem dois senadores eleitos para mandatos escalonados de seis anos, com um terço das cadeiras do Senado concorrendo à reeleição a cada dois anos. Os senadores são escolhidos por pluralidade de votos do eleitorado do estado.



Os adversários Cory Gardner (à esquerda) e Betsy Markey participam de debate em outubro de 2010 para eleição à Câmara dos Deputados dos EUA pelo Colorado.

LEALDADE AO PARTIDO OU À PESSOA

No passado, as eleições para o Congresso tendiam a ser “centradas no partido”, uma vez que muitos eleitores eram fiéis a um ou outro partido político e a tendência era votar para o Congresso de acordo com a orientação partidária. As personalidades e os desempenhos individuais dos eleitos raramente resultavam em maior ou menor apoio por parte dos eleitores. Nas últimas décadas, as opiniões e personalidades dos candidatos tornaram-se mais importantes na política eleitoral e diminuíram um pouco a importância da fidelidade partidária.

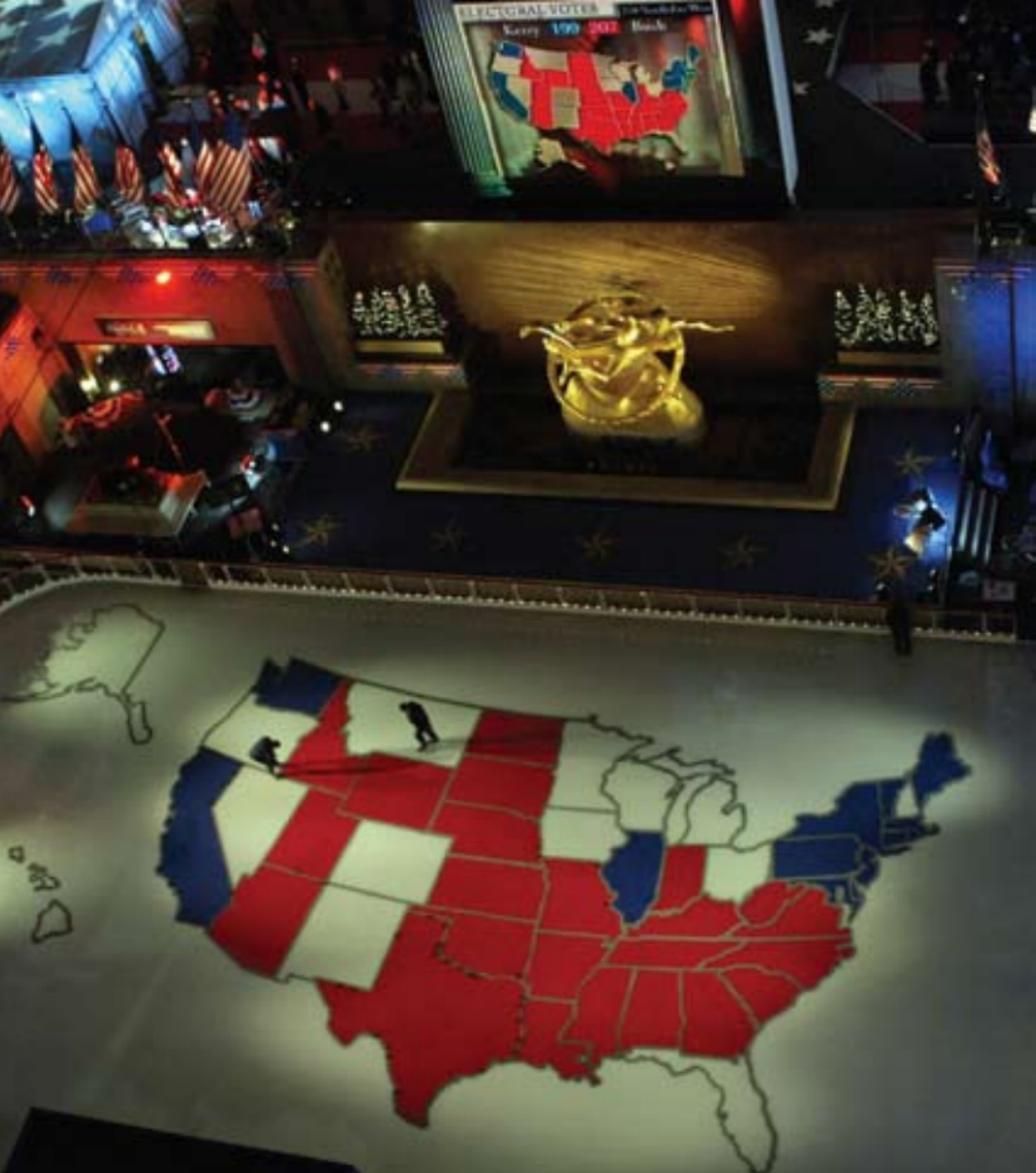
Na verdade, desde a década de 1960 as eleições nacionais ficaram cada vez mais centradas nos candidatos. O crescimento da mídia e da internet, a importância da captação agressiva de recursos para as campanhas, as pesquisas constantes de opinião pública e outros aspectos das campanhas modernas tornaram o eleitor mais consciente do candidato como indivíduo. Em função disso, os eleitores procuram pesar os pontos fortes e fracos do candidato, bem como a fidelidade partidária, para decidir quem apoiar. A disseminação da educação pública no começo do século 20 e da educação superior após a Segunda Guerra Mundial também tornou os eleitores mais confiantes em seu próprio julgamento e menos dependentes das indicações do partido sobre a escolha do voto.

Esse contexto de eleições centradas no candidato beneficia bastante os congressistas que querem se reeleger, com taxas de reeleição bem acima de 90%. Isso se deve em parte à quase sempre branda cobertura do Congresso pela mídia e, em particular, à cobertura feita pela mídia local dos congressistas em seus estados ou distritos congressionais. Com essa exposição na mídia em geral favorável e o envolvimento diário com questões de política pública—e indivíduos e grupos que buscam influenciar as políticas—os



Bótons de campanha fazem parte das eleições americanas há mais de um século.

candidatos à reeleição também tendem a levantar quantias de dinheiro muito maiores para suas campanhas. Por essas e outras razões, os candidatos que concorrem à reeleição têm grande probabilidade de vencer, não importa o partido ao qual pertençam.



O ringue de patinação no gelo do Rockefeller Center, na cidade de Nova York, mostra os resultados da noite da eleição com os estados vermelhos representando os republicanos e os azuis os democratas.

PESQUISAS DE OPINIÃO E ANA- LISTAS POLÍTICOS

Embora não façam parte das regras e leis que regem a política eleitoral, as pesquisas de opinião pública tornaram-se parte essencial do processo eleitoral nas últimas décadas. Muitos candidatos contratam especialistas e fazem pesquisas com frequência. As pesquisas de opinião informam os candidatos sobre como estão sendo percebidos em relação a seus concorrentes e quais as questões predominantes na mente dos eleitores. A mídia—jornais, televisão—também realiza pesquisas de opinião e as divulga (juntamente com resultados de pesquisas privadas) para dar aos cidadãos uma ideia de como estão suas preferências quanto a candidatos, questões e políticas públicas em relação às preferências dos outros.

Há 50 anos, o mercado de pesquisas de opinião pública era dominado por apenas uma ou duas organizações de grande porte. Hoje em dia, na era de notícias imediatas, internet e canais a cabo de notícias 24 horas, inúmeras fontes informam regularmente os resultados das pesquisas.

PESQUISAS NA HISTÓRIA

Atualmente, pesquisas constantes de opinião pública realizadas por pesquisadores particulares competentes tornaram-se corriqueiras para os candidatos individualmente, bem como para autoridades governamentais de alto escalão, como o presidente, que desejam saber para que lado os ventos políticos estão soprando. Contudo, pesquisas independentes encomendadas pela mídia são mais comuns na história dos EUA.

Embora a primeira pesquisa política tenha sido realizada em 1824 por um jornal local de Harrisburg, na Pensilvânia, as pesquisas independentes só passaram interessar a cobertura das campanhas políticas pela mídia a partir dos anos 1930. Nos anos 1970, as três principais redes de televisão americanas

Os analistas políticos Karl Rove (republicano, à esquerda) e James Carville (democrata) participam de um programa em maio de 2009 em Nova York.



(ABC, CBS e NBC) divulgavam suas próprias pesquisas durante as disputas presidenciais e, daí em diante, em importantes eleições estaduais para governador e para o Congresso dos EUA.

As modernas pesquisas da mídia—como as realizadas para um canal notícias e um jornal (por exemplo, CBS/*New York Times*, ABC/*Washington Post*, NBC/*Wall Street Journal*)—são feitas com frequência e podem avaliar a opinião pública sobre candidatos e questões semanal ou diariamente. Elas são bem elaboradas para ser imparciais e independentes. Ao longo das décadas, as pesquisas políticas independentes têm oferecido uma visão objetiva das disputas eleitorais, uma avaliação dos pontos fortes e fracos de cada candidato e uma análise dos grupos demográficos que apoiam cada candidato. Essas pesquisas independentes possibilitam a repórteres e editores fazer e divulgar avaliações honestas sobre a situação de uma campanha e dar aos eleitores uma ideia melhor do cenário político.

TAMANHO E COMPOSIÇÃO DA AMOSTRA

Às vezes são realizadas pesquisas da noite para o dia após um evento importante como o discurso anual do presidente sobre o Estado da União ou um debate entre candidatos a um cargo político. Geralmente essas pesquisas são realizadas em uma

noite para publicação rápida no dia seguinte e representam uma amostra de apenas 500 pessoas adultas da nação.

Embora essas “pesquisas da noite para o dia” possam oferecer um quadro rápido da reação pública, alguns especialistas acreditam que uma amostra de 500 cidadãos é muito pequena para avaliações consistentes em uma nação com mais de 300 milhões de pessoas. Muitos profissionais preferem entrevistar pelo menos mil eleitores para fornecer uma amostra representativa de toda a população. Mesmo as pesquisas mais completas dão margem à interpretação, e há inúmeros exemplos de candidatos que passaram de relativa obscuridade para grande popularidade, contrariando as tendências sugeridas pelas pesquisas iniciais.

As primeiras pesquisas podem apresentar uma riqueza de dados que vai além da indicação dos candidatos que estão à frente na disputa. Elas podem revelar a preocupação com assuntos atuais e retratar a disposição geral do público. Como disse um especialista em pesquisas, “as pesquisas simplesmente acrescentam ciência àquilo que os candidatos veem e o povo sente—satisfação, ressentimento, raiva, frustração, confiança—ou até mesmo desespero”. Tanto resultados de pesquisas particulares quanto públicas, portanto, ajudam os candidatos a definir a mensagem

mais comunicativa a ser enfatizada e ao mesmo tempo focar questões para setores do público.

PESQUISAS DE BOCA DE URNA

As pesquisas de boca de urna (pesquisas feitas por redes de televisão à medida que os eleitores deixam os locais de votação) são parte importante das eleições dos EUA desde os anos 1970. Argumenta-se também que essas são as pesquisas mais controversas, porque dão às redes de TV meios de prever vitórias eleitorais com base em entrevistas com pessoas que acabaram de votar. As pesquisas de boca de urna ficaram especialmente malvistas nas eleições presidenciais americanas de 2000, quando foram usadas de maneira equivocada pelas redes de televisão para fazer não apenas uma, mas duas projeções incorretas sobre o vencedor escolhido pelos eleitores na Flórida. A pressão para anunciar a projeção primeiro superou a pressão para anunciar a projeção correta.

Entretanto, as pesquisas de boca de urna, quando utilizadas de forma apropriada, podem ser um instrumento fundamental para os pesquisadores, a imprensa e os acadêmicos. Acima e além de seu uso questionável na projeção antecipada dos vencedores no dia da eleição, elas fornecem a especialistas e cientistas políticos detalhes de como determinados grupos demográficos votaram e as razões explicitadas para seu voto.



O governador do Texas, Rick Perry, candidato à indicação republicana à Presidência em 2012, participa de evento para angariar fundos em setembro de 2011 em Jefferson, Iowa.

FINANCIAMENTO DE CAMPANHAS

A legislação federal determina como os candidatos aos cargos federais de presidente, senador e deputado—e alguns de seus aliados políticos—podem arrecadar recursos, bem como de quem e em que quantias. As leis federais de financiamento de campanhas são independentes das leis estaduais, que regulamentam as eleições para cargos estaduais e locais.

No sistema americano, os candidatos a presidente levantam centenas de milhões de dólares para uma campanha dirigida a uma nação de mais de 100 milhões de eleitores. Embora em muitos casos a captação de recursos provenha de fontes privadas, o processo pelo qual eles arrecadam e gastam o dinheiro é fortemente regulamentado.

Os candidatos a presidente precisam estabelecer uma organização de campanha, chamada comitê político. Esse comitê deve ter um tesoureiro e ser registrado na Comissão Eleitoral Federal (FEC). Apesar do nome, a FEC apenas supervisiona e fiscaliza o cumprimento das leis de financiamento de campanhas; não é ela que de fato conduz

as eleições. (O processo de registro de eleitores, condução da votação e contagem dos votos é responsabilidade de funcionários eleitorais estaduais e locais.)

Vários tipos de comitês políticos são registrados na FEC. Além dos candidatos, os partidos políticos devem registrar seus próprios comitês nessa agência. Ademais, qualquer grupo privado de cidadãos pode formar um comitê político.

Uma vez registrados, os comitês políticos podem iniciar a captação de recursos de campanha. Tais recursos, assim como os gastos, são relatados à FEC trimestral ou mensalmente. Os relatórios podem ser preenchidos eletronicamente e ficam à disposição do público no site da FEC [www.fec.gov]. Diversas organizações privadas também mantêm sites para monitorar as contribuições e os gastos de candidatos, partidos políticos e comitês de ação política. A razão disso é facilitar a tarefa da imprensa e dos eleitores de saber que grupos estão dando dinheiro a que candidatos e a que causas. Há limites legais para o valor que cada cidadão e cada comitê podem dar a seus candidatos preferidos. Da mesma forma, um candidato a presidente que precise levantar centenas de milhões de dólares para sua campanha presidencial precisará tentar encontrar milhares de contribuintes.



O presidente Obama participa de evento para arrecadar fundos em novembro de 2011 no Havaii.

Em 2010, uma controversa decisão da Suprema Corte mudou drasticamente a lei de financiamento de campanhas. Antes da decisão, a lei proibia empresas e sindicatos trabalhistas de investir diretamente para apoiar ou combater candidatos a presidente e ao Congresso. Grupos de pessoas podiam criar fundos segregados separados nos chamados comitês de ação política (CAPs) para fazer contribuições a partidos políticos ou campanhas de candidatos sem usar recursos de empresas ou sindicatos trabalhistas. Depois da decisão, as empresas e os sindicatos podem investir diretamente



O ex-presidente da Câmara Newt Gingrich fala em evento para arrecadar fundos para a campanha republicana ao Congresso em junho de 2009, em Washington.

quantias ilimitadas para eleger ou derrotar candidatos desde que não o façam em coordenação com a organização de campanha dos candidatos.

Para fazer campanha a cargo público, o candidato precisa contratar pessoal; providenciar o espaço apropriado para os serviços de escritório e viagens; realizar pesquisas; emitir declarações de posicionamento; fazer propaganda no rádio, na televisão, em

publicações e na internet; e organizar muitas aparições públicas e eventos para captação de recursos. O candidato à Câmara dos Deputados baseará essas atividades no seu distrito congressional, ao passo que o candidato ao Senado fará o mesmo em todo o estado. (Os deputados e senadores também podem organizar eventos específicos para captação de recursos em qualquer outro lugar, como Washington, por exemplo.) Os candidatos a presidente têm a gigantesca tarefa de organizar suas campanhas primárias em cada estado e então, se indicados, sua campanha para a eleição geral em toda a nação.

FINANCIAMENTO PÚBLICO

Desde 1976, é permitido aos candidatos presidenciais participar de um sistema de financiamento público. Até as eleições de 2000, todos os candidatos indicados para presidente participavam desse sistema recebendo recursos governamentais em troca da promessa de não gastar mais do que um valor determinado. No entanto, esse sistema tornou-se cada vez menos atraente para os candidatos porque o limite de gastos imposto é considerado muito baixo—e inferior aos valores que os principais candidatos podem facilmente captar de fontes privadas. Consequentemente, muitos dos principais candidatos preferem abrir mão do financiamento público.

Os gastos crescem invariavelmente de uma eleição para outra. Além dos gastos do candidato, os partidos políticos, os CAPs e outros grupos de interesse despenderão dinheiro para influenciar as eleições. Um desdobramento recente do afunilamento do dinheiro para eleições, por exemplo, é a “organização política 527”, assim chamada por causa de uma cláusula do código tributário dos EUA. Esses grupos são organizados basicamente com a finalidade de influenciar a escolha, a indicação, a eleição ou a nomeação de uma pessoa a um cargo público federal, estadual ou local. As organizações políticas 527, como a MoveOn e a Swiftboat Veterans for Truth, não são regulamentadas pela Comissão Eleitoral Federal, nem por uma comissão eleitoral estadual, tampouco estão sujeitas aos mesmos limites de contribuição dos CAPs. Os críticos desses e de outros grupos semelhantes afirmam há muito tempo que os altos gastos das eleições nos EUA, combinados com a dependência de fontes privadas para recursos, levantam a suspeita de influência indevida de doadores abastados e de grupos de interesse poderosos nas políticas públicas.

As reformas propostas têm sido criticadas pelos que consideram os gastos com eleições proporcionais aos custos de bens e serviços na economia atual. Nesse sentido, os gastos com as eleições são vistos como o preço a ser pago pela democracia

em troca da competição eleitoral, e as grandes contribuições e despesas de grupos de interesse, a expressão contemporânea do duradouro pluralismo dos Estados Unidos. É difícil comprovar qualquer ligação específica entre doações de grupos de interesse e políticas governamentais. Tribunais também questionaram se restrições adicionais às doações e despesas de campanha poderiam limitar indevidamente o direito dos doadores, protegido pela Constituição, à liberdade de expressão na arena política. Dado o alto custo das campanhas modernas, determinados indivíduos extremamente ricos simplesmente financiam suas próprias campanhas a um cargo público—não há regra contra isso. Às vezes eles ganham, às vezes não.

Voluntários da campanha “Obama for America” falam ao telefone na Filadélfia em maio de 2011.





As funcionárias eleitorais Paula Norris (à esquerda) e Erlinda Wiggins ajudam os eleitores na eleição geral de novembro de 2010 em Bernalillo, Novo México.

PROCEDIMENTOS DAS ELEIÇÕES NOS EUA

Milhares de administradores de eleições são responsáveis pela organização e pelo controle das eleições dos EUA, incluindo a tabulação e a certificação dos resultados. Esses funcionários exercem um conjunto de tarefas complexo e importante—definição das datas exatas das eleições, certificação da elegibilidade dos candidatos, registro dos eleitores qualificados e preparação das listas de eleitores, seleção dos dispositivos para votação, modelo das cédulas, organização de uma grande força-tarefa temporária para administrar a votação no dia da eleição, tabulação dos votos e certificação dos resultados.

Embora a maioria das eleições nos EUA não seja especialmente apertada, às vezes há disputas em que a vitória se dá com margem muito estreita ou em que o resultado é contestado. O resultado da eleição presidencial nos EUA em 2000—a prolongada disputa para determinar o vencedor na eleição presidencial mais apertada da história dos EUA—expôs os americanos a várias dessas questões administrativas pela primeira vez.

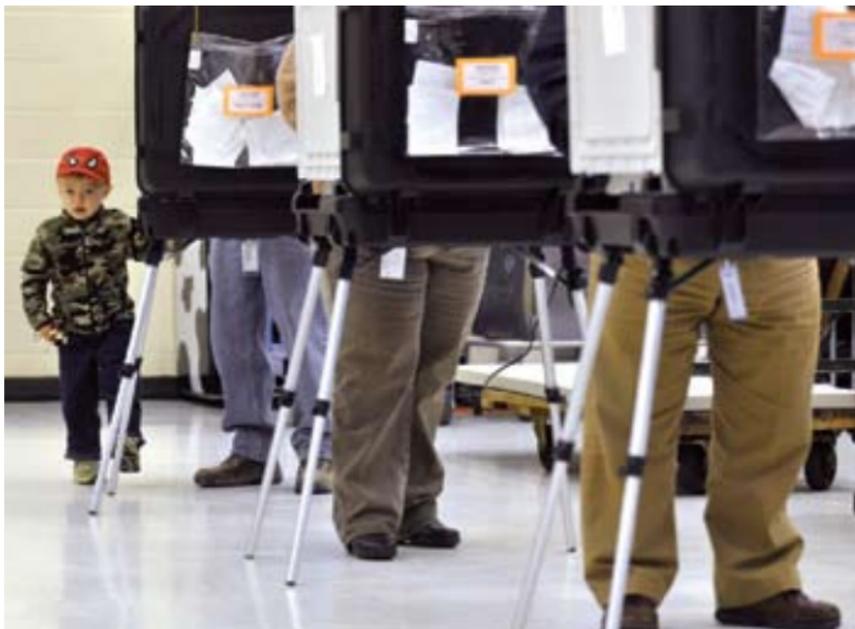
A votação nos Estados Unidos é um processo de duas etapas. Não há uma lista nacional de eleitores qualificados, assim, um cidadão precisa primeiro se qualificar, registrando-se. Os cidadãos registram-se para votar no local em que moram; caso se mudem para outro lugar, devem se registrar outra vez no novo endereço. Os sistemas de registro foram projetados para eliminar fraudes, mas os procedimentos para registrar eleitores variam de estado para estado. No passado, procedimentos seletivos de registro foram usados para desencorajar certos cidadãos—principalmente afro-americanos do Sul—a participar das eleições.

Depois houve uma tendência de facilitar os requisitos para registro. Por exemplo, a Lei Nacional de Registro do Eleitor, de 1993, permite aos cidadãos registrarem-se como eleitores no momento da renovação da carteira de motorista emitida pelo estado. Mais recentemente, no entanto, muitos estados estão aprovando leis que dificultam o registro ao, por exemplo, exigir identificação emitida pelo governo, restringir campanhas de registro de eleitores e eliminar o registro no dia da eleição.

Uma das mais importantes funções dos funcionários eleitorais é assegurar que todas as pessoas qualificadas para votar constem das listas de registro, e que as

não qualificadas não estejam incluídas. Em geral, os funcionários eleitorais locais pecam mais por deixar nas listas pessoas que não votaram nas últimas eleições do que por eliminar eleitores potencialmente qualificados. Quando pessoas cujos nomes não estão nas listas aparecem ao local de votação, elas recebem uma cédula provisória para votar. Em seguida, sua qualificação é analisada antes que seus votos sejam contados.

Robert Brittingham, 3, espera seu pai votar na eleição geral de novembro de 2010 em Salisbury, Maryland.



ADMINISTRAÇÃO DAS ELEIÇÕES

Nos Estados Unidos, uma eleição, mesmo uma eleição para cargo federal, é uma tarefa administrativa realizada em âmbito local. E, como foi observado, os administradores eleitorais—normalmente funcionários do condado ou da cidade—têm uma tarefa gigantesca. Não somente são responsáveis por registrar os eleitores durante todo o ano e por definir quem está qualificado para votar em determinada eleição, como também devem definir o modelo das cédulas para cada eleição, assegurar-se de que todos os candidatos certificados estejam relacionados e que todas as questões a serem decididas estejam corretamente redigidas. Além disso, devem tentar fazer com que a cédula seja o mais simples e clara possível.

Atualmente, não há um padrão nacional para o modelo das cédulas. De acordo com a Lei do Direito ao Voto, os funcionários eleitorais podem ter de providenciar cédulas em vários idiomas (se uma porcentagem da população não tiver o inglês como primeira língua). Em algumas jurisdições, a ordem dos candidatos e dos partidos na cédula deve ser definida aleatoriamente. Por fim, os funcionários eleitorais locais devem selecionar as



Local de votação em Los Angeles, Califórnia, oferece cédulas em vários idiomas.

máquinas de votação específicas a serem usadas, e as cédulas devem adequar-se a esses dispositivos.

Nos intervalos entre as eleições, esses funcionários são responsáveis pela armazenagem e manutenção dos dispositivos de votação. Além disso, uma de suas tarefas mais difíceis é contratar e treinar uma grande equipe temporária para uma longa jornada de trabalho (normalmente de 10 a 15 horas) no dia da eleição.

NATUREZA DA VOTAÇÃO

Um certo esforço é destinado para a preparação imparcial, legal e profissional das eleições. Visto que os equipamentos



Eleitor de Seattle, Washington, coloca seu voto para a eleição geral de novembro de 2010 em uma caixa de correio do lado de fora de uma biblioteca pública.

e as cédulas em geral são comprados pelos funcionários em âmbito local, o tipo e a condição do equipamento que os eleitores usam muitas vezes estão relacionados com a situação socioeconômica e a base tributária da localidade. Uma vez que a receita tributária local também financia escolas, serviços da polícia e do corpo de bombeiros, bem como instalações de recreação e parques, baixa prioridade costuma ser dada aos investimentos em tecnologia de votação.

Uma ampla variedade de dispositivos de votação encontra-se à disposição nos Estados Unidos, e o cenário das tecnologias de votação muda constantemente. Na atualidade, são muito poucos os lugares em que a votação é feita com cédulas de papel marcadas com um “X” ao lado do nome do candidato, como ocorria no passado, mas muitos sistemas computadorizados ainda dependem de cédulas de papel sobre as quais círculos são preenchidos ou linhas são ligadas. Essas cédulas são então digitalizadas mecanicamente para registrar os votos; esse equipamento é conhecido como sistema de leitura óptica.

Algumas jurisdições ainda utilizam máquinas “de alavanca”, nas quais os eleitores movem uma pequena alavanca ao lado do nome dos candidatos de sua preferência ou ao lado de uma questão que apoiam. Outro dispositivo muito comum é a



Ethel Miller participa da eleição para prefeito da Cidade de Kansas, Missouri, em março de 2011.

máquina “perfuradora”. A cédula de votação é um cartão onde orifícios ou perfurações são feitos ao lado do nome do candidato, ou então o cartão é inserido em um suporte que o alinha com uma imagem da cédula e, depois, são feitas as perfurações. Esse é o modelo de cédula que causou controvérsia na contagem dos votos na eleição presidencial americana de 2000, na Flórida. Como resultado dessa situação, muitas jurisdições eliminaram os dispositivos que fazem perfurações. A Lei para Auxiliar os Americanos a Votar destinou recursos voluntários para que as jurisdições substituíssem seus sistemas de votação com base em máquinas “de alavanca” e “perfuradoras”.

A tendência atual é a adoção de dispositivos eletrônicos de registro direto (DRE) com telas sensíveis ao toque, semelhantes às dos

caixas automáticos dos bancos. Especialistas em segurança estão trabalhando para aperfeiçoar esses sistemas e resolver problemas de segurança.

Uma mudança significativa na votação nos últimos anos foi a adoção de procedimentos para fornecer as cédulas aos eleitores antes da eleição. Essa tendência iniciou-se com medidas prevendo cédulas para eleitores ausentes, emitidas para aqueles que declaram antecipadamente que não estarão em casa (e em seu local de votação) no dia da eleição. Alguns estados e jurisdições locais liberalizaram essa medida de forma gradual, permitindo que os cidadãos se registrem como “eleitores ausentes permanentes” e passem a receber uma cédula pelo correio em sua residência em todas as eleições. O Oregon realiza eleições inteiramente via correio, mas é o único estado a fazer isso no momento. Os eleitores ausentes em geral devolvem suas cédulas preenchidas pelo correio.

Outra nova medida é a “votação antecipada”, na qual máquinas de votação são instaladas em shoppings ou outros espaços públicos com antecedência de até três semanas do dia da eleição. Os cidadãos podem ir até esses locais e votar conforme sua conveniência.

APURAÇÃO DOS VOTOS

A apuração dos votos é feita no dia da eleição. Embora estejam se tornando mais populares, as cédulas antecipadas não são contadas até que a apuração seja iniciada após o fechamento das urnas, para que nenhuma informação oficial acerca de quem está à frente ou atrás seja divulgada. Informações antecipadas sobre os resultados do pleito poderiam afetar os estágios finais da eleição.

O MOVIMENTO DE REFORMA

Uma das claras lições da eleição presidencial de 2000 foi que os problemas relativos à administração da eleição, à votação e à apuração dos votos constatados na Flórida poderiam ter ocorrido até certo ponto em qualquer jurisdição dos Estados Unidos. Vários estudos foram encomendados, e realizou-se uma série de mesas-redondas com especialistas, concluindo-se pela necessidade de reformas.

Em 2002, o Congresso aprovou a Lei para Auxiliar os Americanos a Votar (HAVA), que inclui vários itens notáveis. Primeiro, o governo federal ofereceu verbas aos estados e às localidades para a substituição das máquinas de votação “de alavanca” e “perfuradora” obsoletas. Segundo, criou-se uma Comissão de Assistência Eleitoral



Os irmãos Larry Ferguson (à esquerda) e Roger Ferguson deixam a escola local na zona rural do Kansas depois de votar na eleição geral de novembro de 2010.

com vistas a prestar assistência técnica aos funcionários administrativos eleitorais locais e estabelecer normas para os dispositivos de votação. O portfólio da Comissão inclui a criação de programas de pesquisa para estudar as máquinas de votação e o modelo da cédula, métodos

de registro, métodos para votação provisória e para impedir fraudes, procedimentos para recrutar e treinar trabalhadores para a eleição e programas educacionais para os eleitores, entre outras questões.

A HAVA representa uma mudança significativa na limitação do envolvimento federal naquilo que tem sido historicamente uma questão administrativa local. Mas esse esforço para reformar os procedimentos ajudou a reafirmar a confiança que os americanos depositam em seu sistema eleitoral. E os custos envolvidos são pequenos quando se considera que as eleições representam o fundamento legitimador de uma democracia.

Ilustração da capa: ©3d brained
Todas as imagens ©AP Images, exceto:
página 14 ©Getty Images
páginas 22–23 Vincent Hughe
página 50 cortesia da Biblioteca do Congresso.

Coordenadora—Dawn L. McCall
Editor executivo—Nicholas Namba
Diretor de conteúdo escrito—Michael Jay Friedman
Diretora de publicações impressas—Mary T. Chunko
Editor-gerente—Bruce Odessey
Programação visual e projeto da capa—Dori Walker



BUREAU DE PROGRAMAS DE INFORMAÇÕES INTERNACIONAIS
Departamento de Estado dos EUA

